

---

# Agronegócio: uma reflexão política e ideológica do Bloco Histórico sob um olhar Gramsciano

*Agribusiness: a political and ideological reflection of the History Block under Gramscian perspective*

*Agronegocio: una reflexión política y ideologica del Bloque Histórico bajo una mirada gramsciana*

## **Ariandeny Silva de Souza Furtado**

SIASS IF Goiano/Goiás

[ariandeny.furtado@ifg.edu.br](mailto:ariandeny.furtado@ifg.edu.br)

## **Fabrcia Umeno Ferreira**

Instituto Federal de Goiás

[fabrcia.ferreira@ifg.edu.br](mailto:fabrcia.ferreira@ifg.edu.br)

## **Maria das Graças Freitas de Carvalho**

Universidade Federal de Goiás

[marifreitas003@gmail.com](mailto:marifreitas003@gmail.com)

## **Walmir Barbosa**

Instituto Federal de Goiás

[walmir08barbosa@gmail.com](mailto:walmir08barbosa@gmail.com)

## **Resumo**

*O Agronegócio apresenta implicações importantes na sociobiodiversidade, o que permite uma análise baseada na teoria Gramsciana, que discute o conceito-chave do Bloco Histórico em sua dimensão ideológica, social e cultural. O presente texto objetivou analisar a intersecção entre o conceito Gramsciano do Bloco Histórico com a agricultura capitalista do agronegócio. O sistema econômico brasileiro reproduz as práticas hegemônicas que legitimam o agronegócio. A partir desta análise é possível (re)pensar práticas contra-hegemônicas, sendo a agroecologia e o fortalecimento dos movimentos populares prol agroecologia uma estratégia para a formação do “novo Bloco Histórico” prol Segurança Alimentar e Nutricional.*

**Palavras-chave:** *Segurança alimentar e nutricional. Capitalismo. Agroecologia.*

### Abstract

*Agribusiness has important implications for socio-biodiversity, which allows an analysis based on Gramscian's theory, which discusses the key concept of the Historical Block in its ideological, social and cultural dimension. This text aims to analyze the intersection between the Gramscian concept of the Historical Block and the agribusiness capitalist agriculture. The Brazilian economic system reproduces the hegemonic practices that legitimize agribusiness. From this analysis it is possible (re)think counter-hegemonic practices, being an agroecology and the strengthening of agroecologies a strategy for the formation of the new historical block.*

**Keywords:** *Food and nutrition security, Capitalism, Agroecology.*

### Resumen

*El agronegocio presenta implicaciones importantes en la sociobiodiversidad, lo que permite un análisis basado en la teoría gramsciana, que discute el concepto clave del Bloque Histórico en su dimensión ideológica, social y cultural. El presente texto objetivó analizar la intersección entre el concepto gramsciano del Bloque Histórico con la agricultura capitalista del agronegocio. El sistema económico brasileño reproduce las prácticas hegemónicas que legitiman el agronegocio. A partir de ese análisis, es posible (re) pensar prácticas contrahegemónicas, siendo la agroecología y el fortalecimiento de los movimientos populares hacia la agroecología una estrategia para la formación del nuevo bloque histórico de seguridad alimentaria y nutricional.*

**Palabras clave:** *Seguridad alimentaria y nutricional. Capitalismo. Agroecología..*

## Introdução

É consenso entre estudiosas/os, que os aspectos principais do pensamento de Antônio Gramsci estão articulados em torno dos aportes teórico metodológicos, o de Bloco Histórico. Em seus escritos, o autor ressalta que a sociedade revela-se em uma totalidade e deve ser compreendida em suas dimensões política, ideológica e cultural, resultando do conjunto de relações sociais de produção entre a sociedade civil e a sociedade política, essas associadas a dimensão econômica.

As políticas econômicas atuais se mostram mais favoráveis aos interesses da agricultura capitalista do agronegócio em detrimento da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e justiça social. A SAN é o conceito que contempla a alimentação enquanto Direito Humano, na perspectiva da qualidade, quantidade, acesso, promoção da saúde, equidade e da sustentabilidade econômica, social, cultural, política, étnico-racial (BRASIL, 2006).

A possibilidade de mudança, somente existe com a “transformação social, democracia, revolução e unidade nacional com o protagonismo popular”

(GRAMSCI, 1996) em busca de um novo posicionamento político e ideológico que transcenda o que está posto, por meio das reivindicações populares contra-hegemônicas que remetam a “um progresso intelectual de massa” (GRAMSCI, 1996), sendo:

os sujeitos populares concretos, classes e “grupos sociais subalternos” historicamente “existentes e operantes” que, mesmo com suas ambiguidades e fragilidades, agem como “políticos em ato” e expressam uma realidade em movimento, uma relação de forças em contínua mudança (SEMERARO, 2014, p.2).

Nessa perspectiva, é possível fazer a (inter)secção com a Teoria Gramsciana pois esse contexto apresentado, compreende uma das consequências nas dimensões ideológicas, sociais e culturais do Bloco Histórico, o qual não deve ser analisado isolado da economia, visto que a agricultura capitalista do agronegócio é um dos seus pilares e naturaliza a hegemonia do sistema econômico vigente, bem como nos oportuniza (re)pensar e tecer estratégias contra-hegemônicas, prol SAN e a agroecologia.

A elaboração dessa Nota Científica implicou na busca de pesquisas sobre a agricultura capitalista do agronegócio e posteriormente optou-se por fazer a intersecção com o conceito Gramsciano do Bloco Histórico.

## **Agricultura capitalista do agronegócio**

A mundialização do capital, cenário no qual as políticas econômicas brasileiras são convergentes aos interesses internacionais, evidenciam o agronegócio como a base do desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista de agroexportação, (FERNANDES, 2001) e se constituem por meio de commodities (mercadorias) e oligopólios internacionais (empresas multinacionais), sejam elas cartéis, trustes ou monopólios industriais e/ou financeiros (OLIVEIRA, 2012).

A palavra agronegócio é uma construção ideológica que tenta “amenizar” a característica “latifundista da agricultura capitalista”; dada a sua conotação de exploração, precarização do trabalhador/a, concentração da terra, coronelismo, clientelismo e subserviência (FERNANDES, 2010) no qual o

foco é exclusivamente o caráter produtivista e de controle da terra e do capital.

De um lado encontra-se a burguesia agrária, conceituada pela posse dos meios de produção (essencialmente a terra) com o propósito de valorização do capital, através da apropriação indevida dos frutos do trabalho. Do outro lado, há comunidades tradicionais que tecem novas alternativas de produção e comércio que versam pela SAN e a agroecologia, o que converge com o modelo de desenvolvimento vigente, em sua dimensão política, cultural, social e econômica. Vale destacar a dimensão ideológica e subjetiva que transcende a análise de classe e inclui outros tipos de violência e exploração como a de gênero, geracional e a racial.

Na perspectiva política, a abertura do mercado brasileiro às empresas transnacionais desde a década de 70 impulsiona o binômio agricultura e indústria, com ênfase na exportação e nas monoculturas, com destaque para a soja, milho, cana de açúcar, eucalipto para celulose e carvão (FERREIRA, 2012).

Na social, “a territorialização dos monopólios atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária” (OLIVEIRA, 2012) tem-se a, negação de Direitos Humanos às comunidades tradicionais a exemplo conflitos prol Reforma Agrária, genocídio, êxodo rural, devastação socioambiental, instalação de complexos industriais na área rural, incentivo à exportação, abertura ao capital externo e exploração do trabalho agrícola (MOREIRA et al; 2012; HLPE, 2016).

Na perspectiva econômica, tendo o impulso na década de 90, houve o fortalecimento dos complexos agroindustriais, impulsionando a mundialização da agricultura capitalista por meio do agronegócio que foca no capital financeiro, produção, comercialização sob as regras do mercado e da acumulação (FERREIRA, 2012).

Sendo o reflexo da “revolução verde”, a qual foi iniciada pelo uso intensivo de insumos químicos, tecnologia e mecanização nos processos de produção com subsídios de créditos agrícolas às agroindústrias, empresas de maquinários e agroquímicos; o que dialoga com o a agenda macroeconômica

externa do comércio exterior e da política interna vigente da agricultura capitalista do agronegócio (MOREIRA et al; 2012).

Nessa perspectiva as empresas transcendem a produção agrícola destacando 2 dimensões: 1º o domínio da produção, comércio, insumos, máquinas agrícolas, medicamentos e agrotóxicos; e 2º o favorecimento da dolarização da economia mundial, facilitando a entrada das empresas internacionais e da produção agrícola com incentivos fiscais como os IFMs (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio) (BARROS; 2018), nesse contexto, fica evidente que a efetivação das políticas públicas que versam pela SAN e agroecologia não é o foco.

Com isso, o agronegócio torna-se, uma estratégia econômica brasileira, que através da associação entre o capital agroindustrial com a propriedade latifundiária, potencializa-se o lucro que é legitimado pelo Estado. No Brasil 10% de todos os estabelecimentos agrícolas controlam 80% do valor da produção (STÉDILE, 2013), reflexo da hegemonia dos interesses da burguesia agrária no campo, fortalecendo os espaços de poder no agronegócio com apoio das/os gestoras/es públicas/os

Alguns atos normativos evidenciam a aliança entre a burguesia agrária e o Estado Brasileiro, como exemplo há a institucionalização nas negociações agrícolas regionais, nacionais e internacionais sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; a criação do “Plano Nacional de Exportações” que integra a política comercial brasileira e a representatividade do agronegócio na política brasileira pela “Bancada Ruralista do Congresso Nacional”, que oportuniza a manutenção de uma rede partidária, ideológica, social e cultural defensora da agricultura capitalista do agronegócio.

Conforme os dados disponibilizados pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, o volume exportado pelo agronegócio cresceu mais 230% entre 2000 e 2013, atingindo aproximadamente US\$ 100 bilhões ao final de 2013. A soma chega a um montante de US\$ 83 bilhões, abrangendo 23% do Valor Adicionado da economia brasileira. Tal desempenho é possível dado o contexto político que favorece a expansão do agronegócio a pela consolidação de políticas protecionistas, reduções de barreiras comerciais e pelos acordos realizados entre os mercados externos.

O impacto da agricultura capitalista do agronegócio, aumenta a distância entre os alimentos e as/os consumidoras/es, modifica o consumo e impõe um novo padrão alimentar, onde são priorizados alimentos industrializados com alto valor calórico e baixo valor nutricional em detrimento dos alimentos regionais oriundos das comunidades tradicionais que apresentam signos e significados culturais e históricos sendo a base da SAN (HLPE, 2017, 2018; BRASIL, 2014).

Além disso, potencializa o comércio desses produtos industrializados, e a preferência pela compra de alimentos em supermercados, faz com que o/a consumidor/a tenha acesso às novidades e as promoções atrativas geradas pela competição entre as marcas, que juntamente com a omissão das informações sobre a rotulagem nutricional e ausência de práticas em Educação Alimentar e Nutricional, favorecem o consumo desses alimentos.

O sistema produtivo do agronegócio gera também grandes impactos no ambiente. Isso porque a produção intensiva é grande consumidora de energia, e fonte de contaminação da água, ar e solo, por meio, especialmente, de resíduos de pesticidas e de fertilizantes. A expansão das fronteiras agrícolas aumenta as taxas de desmatamento, agrava os processos de degradação do solo e põe em risco a biodiversidade e as comunidades tradicionais (FERREIRA, 2012; HLPE, 2017; BARROS, 2018;).

Essas comunidades são vitimadas, sendo submetidas aos conflitos sociais no campo que atingem a pluralidade cultural, identitária e étnica. São negados os direitos territoriais; apresentam maior exposição aos agrotóxicos e a devastação da biodiversidade que impacta diretamente na (sobre)vivência e na (In)SAN (HLPE, 2017a; HLPE, 2017b; HLPE, 2018).

## **Política econômica brasileira e a (inter)secção com a teoria gramsciana**

A Política Econômica Brasileira prioriza os interesses da agricultura capitalista do agronegócio em detrimento da SAN, agroecologia e da justiça social, sendo necessário problematizar o que está posto, bem como ter uma reflexão e (des)construção desse contexto.

Nessa perspectiva, é possível fazer a (inter)secção com a Teoria Gramsciana a qual evidencia as consequências ideológicas, políticas, sociais e culturais do Bloco Histórico, visto que a agricultura capitalista do agronegócio é um dos seus pilares e naturaliza a hegemonia do sistema econômico vigente.

Essa hegemonia se reproduz na hierarquização entre a burguesia agrária e as comunidades tradicionais, onde a burguesia é detentora da ideologia que rege as práticas econômicas, culturais e políticas do Bloco Histórico o qual move as práticas sociais. Para ampliar esse movimento hegemônico é necessário aliadas/os para o “consenso” em âmbito dos movimentos populares e político (MARTIN, 2005).

Esse “consenso” que legitima as práticas envoltas da agricultura capitalista do agronegócio, formada pelo Estado (sociedade civil e política) deve ser problematizada, pois há um privilégio estrutural e histórico que demarca socialmente a hierarquia, a qual se reproduz no cotidiano da comunidade, legitimando os privilégios (LEITE, 2016).

A problematização e identificação de novas possibilidades para um sistema econômico mais justo e equânime só é possível, se houver a crise no Bloco Histórico (PORTELLI, 2002), sendo essa, centrada na autonomia e empoderamento dos movimentos populares, no (re)pensar de uma nova hegemonia em SAN e na agroecologia em contradição agricultura capitalista do agronegócio.

Ao (re)pensar um novo sistema hegemônico é necessário desencadear uma crise orgânica do Bloco Histórico de forma contínua e sustentável (PORTELLI, 2001; SCHLESENER, 1992) na (des)construção das concepções economicistas que venham a gerar a ruptura dos laços orgânicos entre a estrutura e a superestrutura, oportunizando práticas, no contexto dessa pesquisa, que transcendam agricultura capitalista do agronegócio e versem por uma nova hegemonia e novo Bloco Histórico.

## **Movimentos populares e agroecologia: um binômio estratégico para a segurança alimentar e nutricional**

Nessa perspectiva os movimentos populares prol agroecologia é uma estratégia para desencadear a crise, o desafio é manterem-se organizados possibilitando seu protagonismo e não apenas “servir de manobra” gerando seu próprio sistema hegemônico, o que é um desafio já que a ideologia que versa e mantém o Bloco Histórico compreende a dimensão econômica, social, ideológica e cultural Sistema Econômico.

A crise não é pontual e imediatista visto que há uma concentração de esforços da superestrutura para manter o Bloco Histórico, ao passo que se cria uma própria direção política e ideológica em que há mobilização e corresponsabilidade dos grupos aliados, os quais se inter-relacionam de forma ideológica e política, buscando o protagonismo às classes aliadas em potenciais (PORTELLI, 2002; MARTIN, 2005; LEITE, 2016), identificando diferentes estratégias e/ou intervenções e a exigibilidade da Reforma Agrária.

Em contraposição aos impactos gerados pela agricultura capitalista do agronegócio, e a agroecologia é uma alternativa de produção, por meio da proposta do manejo integrado dos recursos naturais na integração da biodiversidade dos ecossistemas nos sistemas produtivos. Muito além de um conjunto de técnicas, a agroecologia é um movimento sociopolítico baseado em práticas ambientalmente corretas, economicamente eficientes e socialmente justas (ALTIERE, 2012).

A agroecologia emerge de movimentos populares que em suas práticas evidenciam a agricultura ecológica em oposição as práticas agrícolas convencionais que fortalecem o agronegócio, (re)significando o sistema de produção de alimentos e toda sua dimensão simbólica, da identidade alimentar, do saber popular, das comunidades tradicionais, da alimentação saudável, da sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural (ALTIERE, 2012).

Novos métodos e possibilidades agroecológicas existem e se intensificam, as quais em todo o processo produtivo contemplem a SAN, o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA), corroborando para modos de vida sustentáveis.

Os/as consumidores/as passam a ser vistos como atores/as reflexivos/os e agente políticas/os, conscientes de que o ato de consumir tem relação com a preservação do meio ambiente, a qualidade dos alimentos, a forma como são produzidos e comercializados bem como os impactos sociais que podem gerar (HLPE, 2017a, 2017b). Essa conscientização é fundamental para compreender os diferentes fatores que influenciam e mantêm agricultura capitalista do agronegócio.

Temos no Brasil atos normativos já aprovados e que evidenciam os impactos dos agrotóxicos para a saúde, biodiversidade e sociedade e apontam a intersecção entre a agroecologia e a SAN, com destaque para o Programa Nacional de Redução de Agrotóxico (Pronara), o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA), a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, e em âmbito mundial os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); além de estudos científicos consolidados e construídos de forma colaborativa com os movimentos populares e as instituições públicas (que apresentam práticas contra-hegemônicas) como o dossiê sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde” em 2015 da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e a pesquisa realizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), onde 70% dos alimentos consumidos pelas/os brasileiras/os têm resíduos de agrotóxicos e 30% estão irregulares.

O que evidencia mais uma vez os interesses antagônicos entre os movimentos populares prol agroecologia e a agricultura capitalista do agronegócio, onde há disputa político-ideológica que, por um lado tenta manter a hegemonia do Sistema Econômico a qual tem representatividade e apoio da bancada ruralista das/os gestoras/es públicas/os, do aparato midiático, do “domínio econômico da cadeia produtiva”, e por outro lado, os movimentos populares prol agroecologia tece uma nova hegemonia que se fortalece e é construída na trajetória da própria militância.

E por mais que os reflexos dessa militância não sejam imediatistas, ela faz-se necessária e é uma referência para a construção dos atos normativos e da implantação e/ou implementação das políticas públicas prol agroecologia e a SAN.

## Considerações finais

A SAN e a agroecologia desponta, neste cenário, como estratégias para a crise orgânica do Bloco Histórico tendo como base a autonomia e o empoderamento dos movimentos populares prol agroecologia, que se reflete de forma integral no Estado (sociedade civil e sociedade política) e no reconhecimento intelectual e moral, pois só assim é possível avançar em uma nova hegemonia.

Para Gramsci (1996) a concepção do mundo deve ser crítica e coerente, para a sociedade não reproduzir uma multiplicidade de “homens-massa” o que é desafiante, visto que os movimentos populares devem potencializar as lutas sociais contra-hegemônicas da agricultura capitalista do agronegócio, de modo a exercer sobre todo o corpo social, incluindo a sociedade política, uma nova hegemonia ideológica, cultural e política prol SAN e agroecologia.

Dado o contexto político, ideológico e cultural que mantém a hegemonia do Bloco Histórico, o qual encontra-se (inter)relacionado com a complexidade econômica e se reproduz em práticas hegemônicas que legitimam a agricultura capitalista do agronegócio, é fundamental reconhecer, valorizar, respeitar e corroborar no empoderamento e autonomia dos movimentos populares prol agroecologia, bem como somar nas lutas/militância para que a crise contra-hegemônica seja intensificada, sendo possível quiçá a construção de uma nova hegemonia, a “hegemonia da SAN e da agroecologia”.

## Referências

ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Expressão popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Programa de análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos-PARA: Relatório das análises de amostras monitoradas no período de 2013 a 2015*. Brasília, DF: ANVISA; 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). *Projeções do Agronegócio: Brasil 2014/2015 a 2024/2015*. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo: 2016-2019*/Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. – Brasília, DF, 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). *Plano Nacional de Exportações 2015-2018*. Brasília: Ministério do desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde (MS). *Guia Alimentar para a população brasileira*. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 7.794 de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 ago. 2012. Seção 1, p. 4.

\_\_\_\_\_. Lei n. 11.336 de 15 de setembro de 2006. Institui a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 set. 2006. Seção 1.

BARROS, F. I. *O agronegócio e a atuação da burguesia agrária: considerações da luta de classes no campo*. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 131, p. 175- 195, 2018.

CARNEIRO, F.F.; et al. *Dossiê ABRASCO: Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2015. 628 p.

COMUNELLO, Felipe José. *Movimentos Sociais, agroecologia e circuitos no capitalismo*. Ruris. v.6, n.1, 2012.

DELGADO, G. da C.. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 81-112.

FERREIRA, G. H. C. *O agronegócio no Brasil e a produção capitalista do território*. Geografia em Questão. v. 05, n. 01, p.66 – 82, 2012.

GRAMSCI, A. *Lettere dal carcere*. Palermo: Sellerio, 1996. 2 v.

HLPE. 2016. *Desarrollo agrícola sostenible para la seguridad alimentaria y la nutrición: qué función desempeña la ganadería? Um informe del grupo de alto nível de expertos em seguridad alimentaria y nutrición.* Rome.

HLPE. 2017a. *Nutrition and food systems. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security,* Rome.

HLPE. 2017b. *Uma actividade forestal sustentável em favor de la seguridad alimentaria y la nutrición.* Um informe del Grupo de alto nível de expertos em seguridad alimentaria y nutrición del Comité de Seguridad Alimentaria Mundial, Roma.

LEITE, J. O. A relação estado x sociedade civil no pensamento de Antônio Gramsci. In: ANAIS DA JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTÔNIO GRAMSCI. 2016, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2016. p. 1-16.

MARTIN, A. S. Estratégias Burguesas de Obtenção do Consenso nos Anos de Neoliberalismo da Terceira Via. In: Neves, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.* São Paulo: Xamã, 2005. p. 185-190.

MOREIRA, R. J. *Críticas ambientalistas à Revolução Verde.* Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro. v. 15, p. 39-52, 2000.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização da agricultura brasileira. In: ANAIS DO XII COLÓQUIO DE GEOCRÍTICA. 2012, Bogotá. *Anais...* Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2012. p. 1-15.

PEROBELLI, S. F.; et al. *Impactos Econômicos do aumento das exportações brasileiras de produtos agrícolas e agroindustriais para diferentes destinos.* RESR, Piracicaba, v. 55, n. 2, p. 343-366, 2017.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico.* Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e os movimentos populares agroecológicos: uma leitura a partir do caderno 25.* *Educ. Soc.*, Campinas, v. 35, n. 126, p. 61-76, Mar. 2014. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302014000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302014000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 16 Jun 2019.

SCHLESENER, Anita Helena. *Hegemonia e Cultura*: Gramsci. Paraná: Editora da UFPR, 1992.

STÉDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.